

Relatório de Gestão



Sumário

Mensagem do presidente	06
Cenário econômico	08
Estrutura sistêmica	10
Nossa evolução	12
Governança corporativa	18
Demonstrações financeiras e contábeis	22
Parecer da Auditoria	43
Parecer do Conselho Fiscal	45
Agências	46

Mensagem do presidente

Uma política de crédito justo



A economia brasileira não permite falhas na gestão ou desatenção com os indicadores. É também uma realidade do setor de crédito. O Sicoob UniRondônia trabalha sempre pautado pelos melhores processos de gestão e qualificação, oferecendo transparência e investindo na qualidade do atendimento, independente do desempenho da economia. Em 2019, a estagnação dos negócios frustrou os principais agentes econômicos, afetando ainda a taxa básica de juros, que recuou ao piso histórico, e reduzindo os spreads do setor de crédito.

Com essa nova realidade da política monetária, optamos pela estratégia de ampliar o portfólio com serviços e produtos – exigindo uma gestão cada vez mais competitiva e atendimento altamente qualificado para fidelizar os cooperados na carteira. Na região de atuação do Sicoob UniRondônia, a grande concorrência entre cooperativas financeiras afeta diretamente nossos índices e taxas.

Em 2019, podemos afirmar que não houve um segmento único, mas um conjunto de fatores que melhoraram o resultado, como, por exemplo, a expansão significativa no número de cooperados na base e a capacidade de empréstimo dos nossos associados.

Essa evolução, mesmo em um ano de economia estagnada, fez com que o Sicoob UniRondônia se movimentasse para inaugurar, em Porto Velho, uma nova

agência, avançando com projetos para mais duas novas agências em cidades do interior do estado. Considerando as variáveis internas e os indicadores macroeconômicos, temos a comemorar em 2019.

Temos, com certeza, que destacar a força e atuação proativa da Diretoria da Sicoob UniRondônia, o engajamento firme dos Colaborares e a participação valorosa dos Cooperados. Unindo todas estas peças-chaves, está a Central Sicoob Uni, uma referência nacional de gestão em cooperativas financeiras, reconhecida nacionalmente pela Confederação Sicoob e pelo Bancoob. Unindo todos estes elos, o Sicoob UniRondônia faz diferença no resultado, entregando mais aos cooperados, com maior segurança e oferecendo ao mercado opções de crédito justo – nossa maior bandeira. Nossa gestão está se encerrando com pleno êxito. No decorrer destes 4 anos, destacamos a incorporação de Ji-Paraná, que expandiu nossa área de atuação e fortaleceu nossa cooperativa. Como compromisso com o futuro do Sicoob UniRondônia, deixamos pronto o planejamento estratégico para a próxima gestão, o que possibilitará seu desenvolvimento, independentemente de quem esteja à frente da Diretoria.

Sebastião Ferreira Campos,
Presidente do Sicoob UniRondônia

Cenário econômico

Ano das cooperativas financeiras

O ano de 2019 será lembrado na história do setor de crédito como um ano em que as cooperativas financeiras reforçaram e consolidaram seu posicionamento e seus diferenciais para o mercado nacional. Neste ano, as vantagens comparativas foram expostas e o 'usuário' do sistema financeiro, cooperado ou cliente, se viu no espelho e diante de realidades bem distintas. Se por um lado, o setor cooperativo dá mais opções, com mais agências, mais serviços e menos custos, fica claro a estratégia do outro lado, que é reduzir custos, menos agências, mais tarifas, menos atendimento.

O Sicoob é personalista. Para as cooperativas financeiras, o valor está no cooperado, na satisfação, na opção de ter o melhor digital e também o atendimento personalizado na cooperativa. Por isso, temos um engajamento espontâneo. O nosso cooperado é nosso maior promotor.

O Sicoob é regionalista. Cada real captado é aplicado na região de abrangência daquela cooperativa - seja por crédito ou por distribuição das sobras ('lucro').

O Sicoob é barato. Enquanto os concorrentes precisam de regras para baixar suas taxas, só para citar um exemplo, o cheque especial, a cooperativa já trabalhava, em média, abaixo deste novo piso estipulado. Só um exemplo em dezenas. O Sicoob é justo. Essa é a maior bandeira da cooperativa, o que tantos tentam e nenhum faz (a não ser propaganda), ser próximo e justo com seu cooperado. O que podemos dizer é que, em 2019, esses princípios ficaram mais claros. Isso vale mais que qualquer balanço positivo ou peça publicitária.

Somos fortes na base, espontaneamente e com uma relação limpa e direta. É uma conquista histórica e mérito de tantos líderes do nosso setor.

Outro ponto importante é quanto à transparência e gestão. O Sicoob não tem números fechados. Todos são abertos. Também é, esta confiança conquistada, mais um dos aspectos que fizeram as cooperativas Sicoob manterem forte ritmo de expansão em 2019. Mais serviços, mais ativos, mais portfólio, mais associados, mais resultados.

O cooperado sabe que, antes de tudo, vai encontrar justiça financeira e transparência no Sicoob.

Talvez sejam as cooperativas financeiras um dos poucos setores que fecharam 2019 comemorando números positivos, mas a Central Sicoob Uni e suas singulares foram além, consolidaram uma reestruturação e implantaram um planejamento estratégico que possibilitará um avanço de dois dígitos por vários anos.

Neste processo evolutivo, cabe ressaltar

as competências das diretorias executivas das nossas singulares, dos nossos colaboradores e do cooperado que, em sinergia e convergência de objetivos, transformaram um plano de trabalho em um projeto real.

Agradecemos a todos, pois um trabalho coletivo é capaz de ajudar a modificar, para melhor, o sistema financeiro brasileiro.

Sagacidade

ESTRUTURA SISTÊMICA

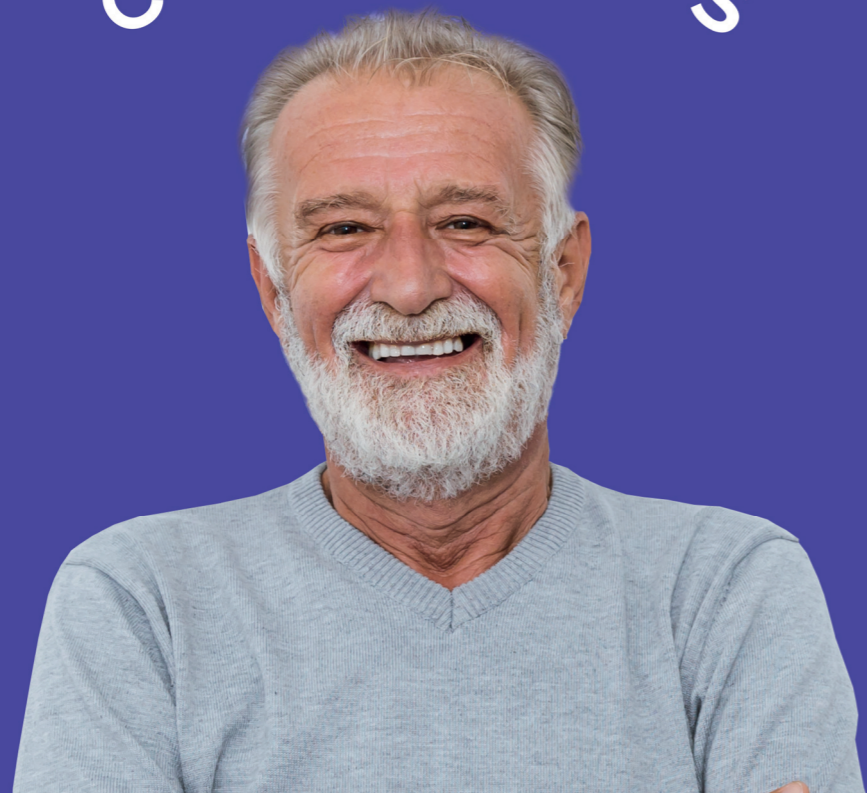
CONFEDERAÇÃO / BANCOOB

PONTA ADMINISTRADORA
SICOOB SEGURADORA
BANCOOB DTVM
CABAL BRASIL
SICOOB PREVI

COOPERATIVA CENTRAL

COOPERATIVA SINGULAR

COOPERADOS



Propósito

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

Missão

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

Visão

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

Valores

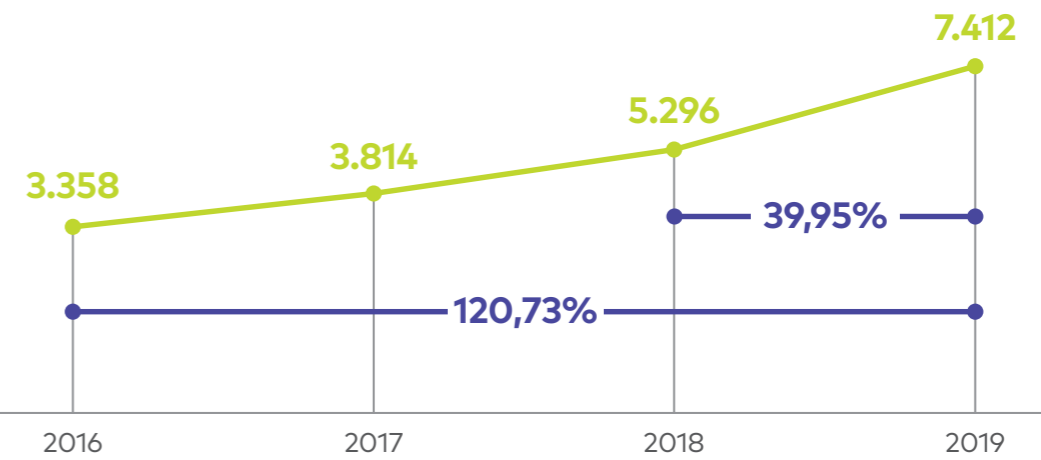
Respeito e Valorização das Pessoas;
Cooperativismo e Sustentabilidade;
Ética e Integridade;
Excelência e Eficiência;
Liderança Responsável;
Inovação e Simplicidade.

Nossa evolução

Desenvolvimento em todos os números

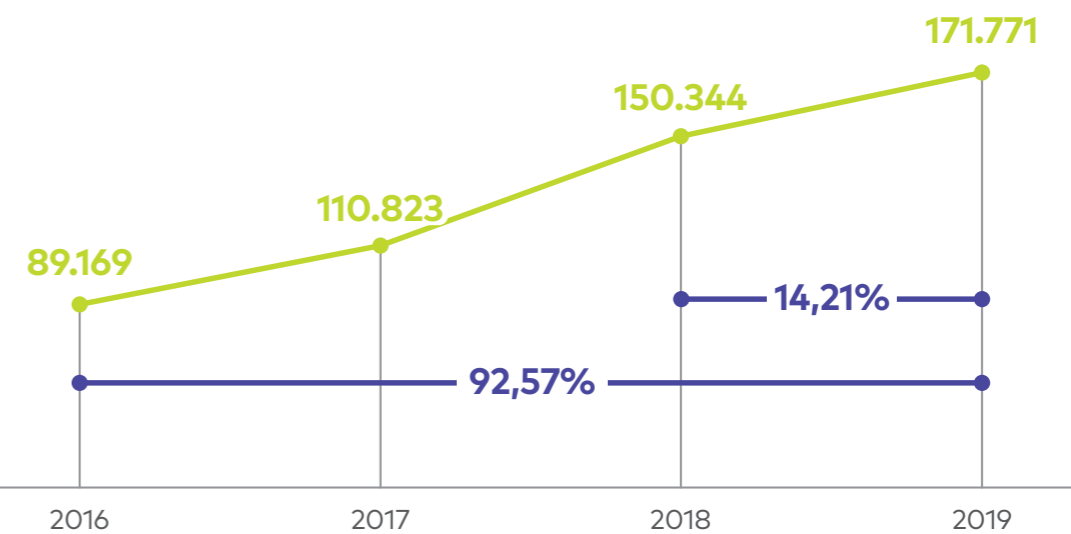


COOPERADOS



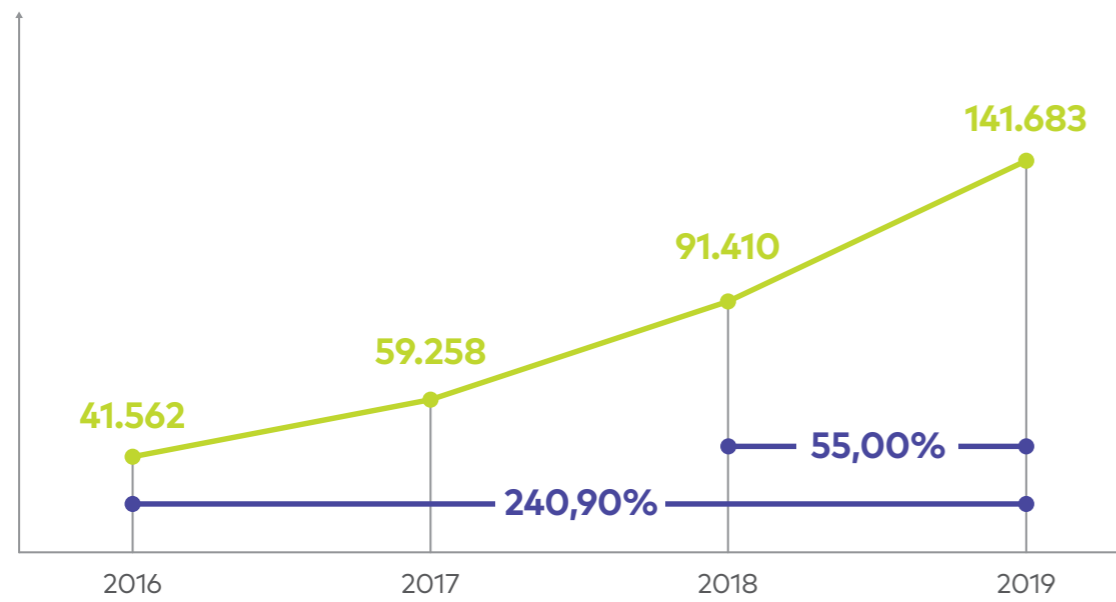
DEPÓSITOS TOTAIS

EM R\$ MIL



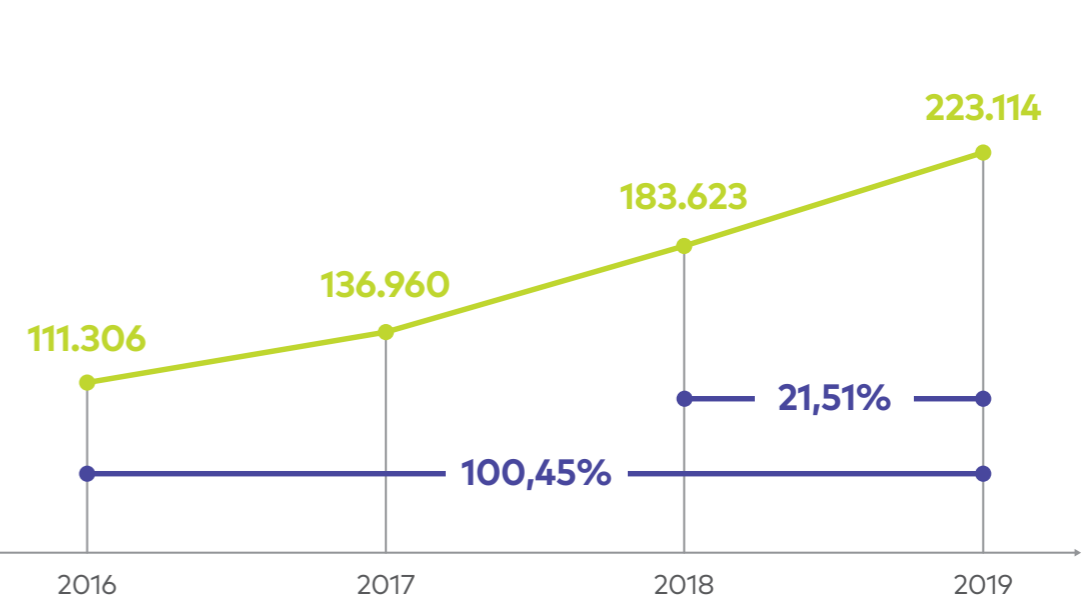
CARTEIRA DE CRÉDITO

EM R\$ MIL



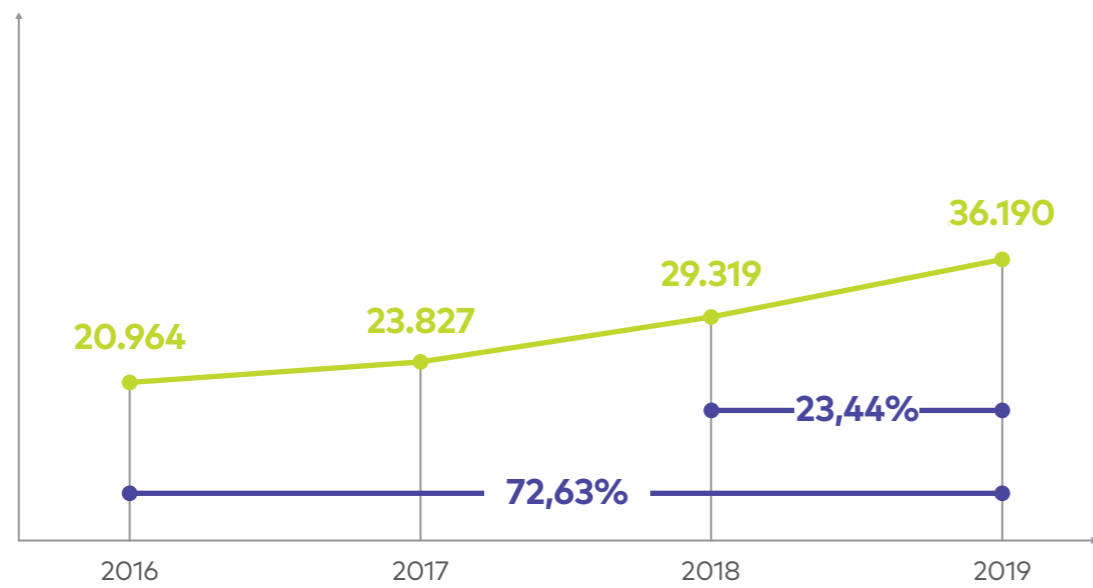
ATIVO TOTAL

EM R\$ MIL



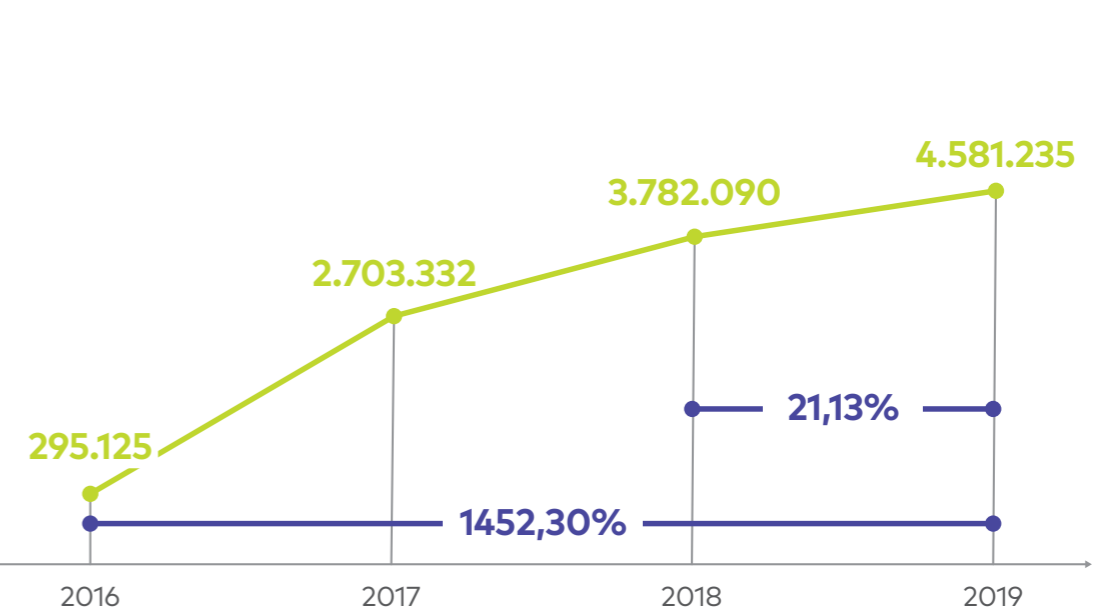
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM R\$ MIL

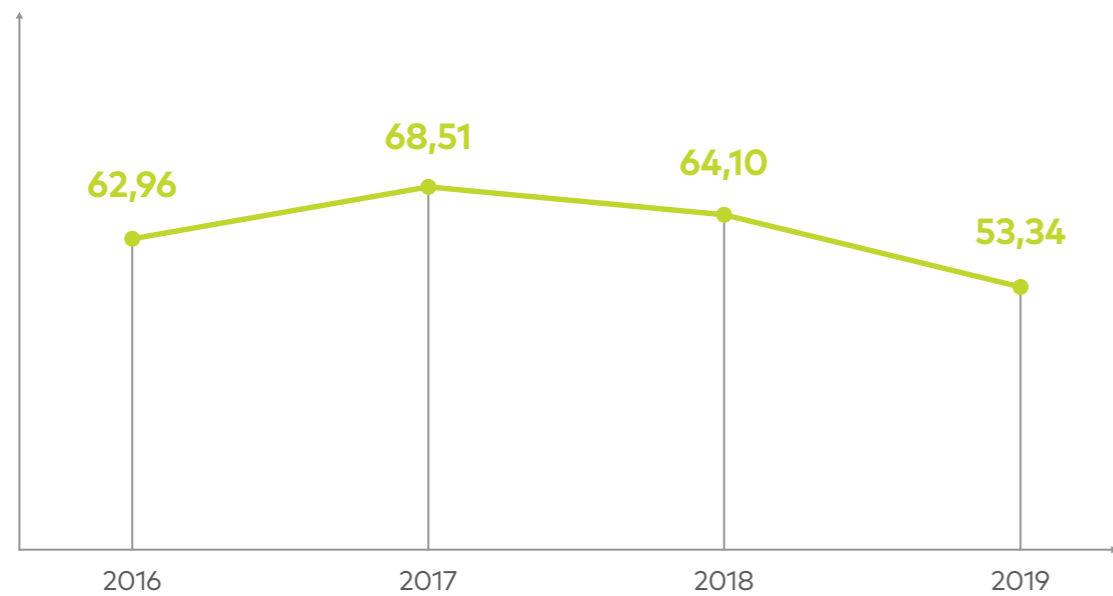


SOBRAS DO EXERCÍCIO

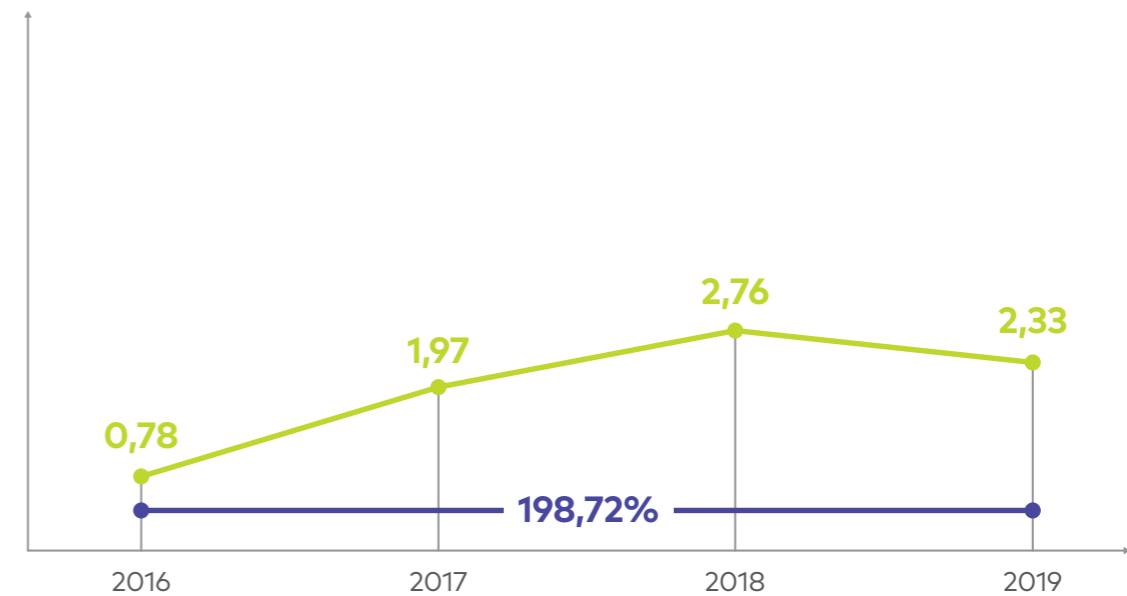
EM R\$



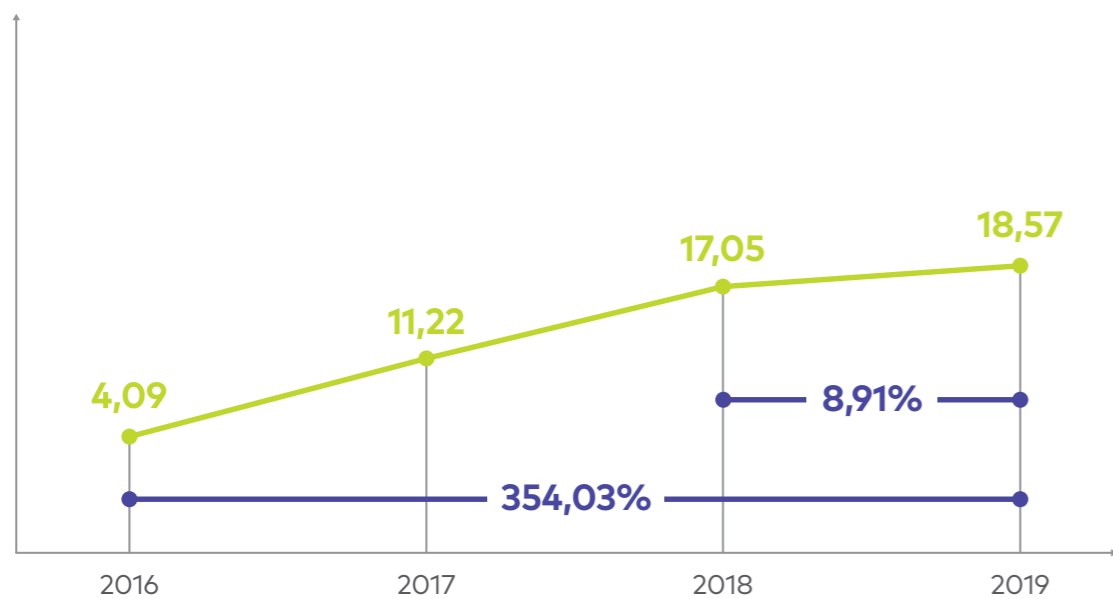
ÍNDICE DE EFICIÊNCIA PADRÃO



RENTABILIDADE DO ATIVO - ROA



RENTABILIDADE DO PL (-JPC): ROE



GANHO SOCIAL - RENDA AGREGADA 2019

GANHO ECONÔMICO DO COOPERADO - COMPETÊNCIA 2019				
PRODUTOS	SFN Taxa Média Mensal	SICOOB UNIRONDÔNIA Taxa Média Mensal	VALOR ECONOMIZADO	
			POR PRODUTO	ACUMULADO
CHEQUE ESPECIAL PF	12,57%	6,99%	R\$ 2.969.981	R\$ 2.969.981
EMPRÉSTIMOS	3,00%	1,60%	R\$ 20.932.041	R\$ 23.902.022
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PF	1,57%	1,44%	R\$ 3.765	R\$ 23.905.787
TARIFAS PF*	R\$ 52,96	R\$ 10,29	R\$ 2.471.647	R\$ 26.377.434
CARTÃO CRÉDITO (ROTATIVO)	12,34%	8,74%	R\$ 820.441	R\$ 27.197.875
CARTÃO CRÉDITO (PARCELADO)	8,77%	7,29%	R\$ 91.242	R\$ 27.289.117
CONSÓRCIO² IMÓVEIS	18,42%	8,23%	R\$ 1.812	R\$ 27.290.929
CONSÓRCIO² CAMINHÕES	12,93%	9,71%	R\$ 365	R\$ 27.291.294
CONSÓRCIO² VEÍCULOS	13,17%	7,29%	R\$ 3.994	R\$ 27.295.289
CONSÓRCIO² MOTOS	14,82%	9,57%	R\$ 702	R\$ 27.295.990
CONSÓRCIO² OUTROS BENS	14,91%	13,00%	R\$ 26	R\$ 27.296.016
CONSÓRCIO² SERVIÇOS	15,01%	8,35%	R\$ 1.126	R\$ 27.297.143
CHEQUE ESPECIAL - PJ	13,15%	6,99%	R\$ 5.914.362	R\$ 33.211.505
TÍTULOS DESCONTADOS	2,39%	1,69%	R\$ 972.583	R\$ 34.184.088
DEPÓSITOS A PRAZO	0,44%	0,48%	R\$ 521.050	R\$ 34.705.138
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PJ	1,06%	1,44%	-R\$ 13.593	R\$ 34.691.545
FINANCIAMENTOS BENS E SERV. - PJ	1,14%	1,42%	-R\$ 4.299	R\$ 34.687.246
TARIFAS PJ*	R\$ 93,75	R\$ 7,94	R\$ 2.661.719	R\$ 37.348.965
ADQUIRÊNCIA DÉBITO (MDR)	2,11%	1,72%	R\$ 575.670	R\$ 37.924.635
ADQUIRÊNCIA CRÉDITO (MDR)	3,66%	2,70%	R\$ 847.964	R\$ 38.772.599
ADQUIRÊNCIA PARCELADO (MDR)	5,29%	3,41%	R\$ 1.410.149	R\$ 40.182.748
ADQUIRÊNCIA (ANTECIPAÇÃO)	R\$ 0,04	R\$ 0,02	R\$ 7.290.505	R\$ 47.473.253
DISTRIBUIÇÃO DE SOBRAS			R\$ 4.581.235	R\$ 52.054.488
COOPERADOS SICOOB UNIRONDÔNIA				7.412
RENDA MÉDIA AGREGADA AO ANO				R\$ 7.023

Fonte: Bancob, Sicoob Confederação, Banco Central do Brasil e CardMonitor.
 Nota: Taxas do SFN (média do período).
 Elaboração: Central Sicoob Unirondônia - Desenvolvimento Estratégico e Bancob - Suesst.
 *Tarifas SFN PF: valor médio "Pacotes Padronizados de Serviços III" (Tabela II anexa à Resolução CMN nº 4.196, de 2013).
 **Os valores de consórcios são calculados pela soma das cotas ativas no período de referência.
 Taxas de adm: médias considerando o prazo total por segmento. Para efeito de cálculo considera-se a taxa de adm. mensal equivalente.
 *Tarifas SFN PJ: média dos valores cobrados nos eventos (abertura de conta, cartão múltiplo, talonário cheque 10 folhas, extrato, DOC, TED, saque e pacote de serviços).

Governança corporativa

Conceitos Gerais:

A Cooperativa integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, composto pelas cooperativas singulares associadas às cooperativas centrais e por estas, filiadas à Confederação, bem como por aquelas instituições vinculadas ao sistema. Ou seja, o SICOOB, formado em três níveis, singulares, centrais e confederação, é coordenado pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A Cooperativa possui e também participa de políticas e de mecanismos sistêmicos para incorporar a sustentabilidade em suas estratégias de negócios e gerenciar os principais riscos econômicos, sociais e ambientais que têm impacto sobre suas atividades.

Esse conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, permite aos

associados definirem e assegurarem a execução dos objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade, perenidade e para o fortalecimento dos princípios cooperativistas.

Nesse contexto, a Cooperativa:

- desde sua constituição, evoluiu do modelo de Governança Corporativa 'monístico' [direção estratégica e gestão executiva pertencendo ao mesmo órgão de administração] para o modelo 'dual' [segregação entre a direção estratégica e a gestão executiva];
- aplicou o estatuto modelo sistêmico do Sicoob;
- desde 2016, participa e/ou patrocina a construção e a elaboração da política de sucessão e construção desse processo, composto pelos planos de Sucessão, de Recrutamento, de Seleção e de Capacitação, via das discussões pertinentes e sistêmicas –

interna, local, regional e nacional;

- submissa ao princípio da 'obediência consentida', integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, regendo-se também por suas normas e pelas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções), adotou e aderiu:

- ao SGR – Sistema de Garantias Recíprocas, observados os dispositivos estatutários e normativos atinentes;
- como forma operacional, à centralização financeira e de serviços disponibilizados pelo Sistema, regional ou nacional;
- ao compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único mantido pelo Bancoob, tendo como premissa garantir a qualidade do atendimento e a satisfação dos associados, clientes, fornecedores e usuários, ratificando o compromisso com a transparência nessas relações;
- ao monitoramento, à supervisão, à orientação administrativa e operacional sistêmica, composto de:
 - Controle Interno que, alinhado à estratégia corporativa e sistêmica, atua no gerenciamento de riscos e controles;
 - Auditorias – interna e externa (de Balanço e Demonstrações Financeiras e Contábeis), que estão em conformidade com as regulamentações vigentes e em linha com as melhores práticas.
- na Segurança Institucional, apoia e contribui ativamente com ações no âmbito do Sistema Nacio-

nal de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro. No período, nossos colaboradores, diretores e conselheiros participaram dos treinamentos promovidos sobre o tema.

Com esse modelo de atuação, a Cooperativa e o Sistema asseguram a disseminação de seus valores e das boas práticas de governança corporativa e cooperativista, ao tempo em que garantem o alinhamento estratégico e a geração de valor para o seu quadro social.

Estrutura de Governança:

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais e estatutários: Assembleia Geral (AG), Conselho de Administração (Conad), Diretoria Executiva (Direx) e Conselho Fiscal (Cofis).

1. AG – Assembleia Geral:

A AG é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da cooperativa e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes. Nessa afinação, dentre todas, algumas das funções principais da AG, são:

- conhecer da prestação de contas dos órgãos de administração relativamente ao exercício social anterior acompanhada de pareceres da Auditoria e do Conselho Fiscal, examinando, discutindo e deliberando:
 - relatório de gestão;
 - demonstrativos financeiros e contábeis de balanço;
 - demonstrativo dos resultados – das sobras ou perdas apuradas.
- destinação dos resultados;

- eleger os membros do Conad e do Cofis, bem como fixar a respectiva remuneração;
- reformar o estatuto.

A AG elege os membros do Cofis e do Conad e este, os membros da Direx. A sucessão e renovação obedecem aos ditames e aos critérios estabelecidos – legais, estatutários e regimentais –, além das políticas e regulamentos afins.

A remuneração dos diretores e dos conselheiros é deliberada pela AG.

2. Conad – Conselho de Administração:

O Conad, composto de 12 membros efetivos com mandato de 4 anos, órgão colegiado, tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras. Ou seja, o conselho define o caminho e monitora o percurso. Dentre os membros, um é o Presidente e outro o Vice-Presidente. Além dos efetivos, conta-se também com mais 3 membros suplentes.

3. Direx – Diretoria Executiva:

A Direx, composta de 3 membros – Diretor-Presidente, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro, comporta as funções operacionais ou executivas.

4. Cofis – Conselho Fiscal:

Ao Cofis, composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato de 1 ano, compete a fiscalização da sociedade.

5. Gestão da Ética:

A Cooperativa também adota o Código de Ética do Sistema Sicoob, que se aplica a todo seu público interno, desde

as pessoas da alta administração até aquelas estagiárias e jovens aprendizes e estabelece compromissos de conduta a serem seguidos em seu âmbito, bem como no relacionamento dessas pessoas com órgãos de governo, concorrentes, fornecedores, prestadores de serviço e demais parceiros externos.

6. Ouvidoria:

A Cooperativa aderiu ao convênio para compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria única definida pelo Sicoob, cujas atribuições principais, são:

- prestar atendimento às demandas dos associados, clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Cooperativa;
- atuar como canal de comunicação entre a Cooperativa e os associados, clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;
- manter, semestralmente, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

7. Controle Interno:

O controle interno consiste num conjunto de políticas e procedimentos que são desenvolvidos e operacionalizados para garantir razoável certeza acerca da confiança que pode ser depositada nas demonstrações financeiras e nos seus processos correlatos, bem como na correta apresentação daquelas de-

monstrações financeiras, garantindo que foram preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos e que incluem políticas e procedimentos de manutenção dos registros contábeis, aprovações em níveis adequados e salvaguarda de ativos.

A área de Controle Interno e Riscos corresponde às diretrizes, aos procedimentos, às pessoas, aos sistemas informatizados e qualquer outra ferramenta que deverá ser adotada pelos demais departamentos da instituição, para garantir razoável segurança no alcance dos objetivos estratégicos, observadas as premissas de eficiência e efetividade operacional e confiança nos registros.

Principais objetivos dos controles internos e riscos

Com base na conceituação teórica, pode-se dizer que os principais escopos de um sistema bem estruturado de controles internos e riscos são:

- promover fidedignidade e imparcialidade na produção de relatórios contábeis;
- fornecer informações oportunas e facilmente acessíveis, possibilitando uma condução eficiente e eficaz dos processos;
- garantir a aderência dos processos internos e das ações em geral aos objetivos do planejamento estratégico, evitando desvios de diretrizes;
- salvaguardar o patrimônio, dando suporte ao gerenciamento de riscos e minimizando eventuais perdas financeiras decorridas de má gestão;
- monitorar o apetite ao risco definido pelo Conselho de Administração da organização;
- manter a instituição em níveis mínimos de conformidade, promovendo um sistema de controles internos efetivo.

Demonstrações financeiras e contábeis

Balanço Patrimonial

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

ATIVO					PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Discriminação	NOTA	31/12/2019	Versão CNAC	31/12/2018	Discriminação	NOTA	31/12/2019	Versão CNAC	31/12/2018
Circulante		141.157.463	141.157.463	127.807.708	Circulante		178.181.512		154.304.714
Disponibilidades	04	1.576.217		790.337	Depósitos	10	171.771.632	171.771.632	150.344.126
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-		-	Depósitos à Vista		51.983.681		45.299.376
Títulos e Valores Mobiliários		-		-	Depósitos a Prazo		119.787.952		105.044.750
Relações Interfinanceiras	04	61.183.290		73.563.666	Relações Interfinanceiras	11	903.026	903.026	-
Centralização Financeira		61.183.290		73.563.666	Recursos do Bancoob		968.831		(65.805)
Operações de Crédito	05	73.881.026	73.881.026	48.942.816	(-) Despesa a apropriar Bancoob	12	5.505.596	5.505.596	3.959.693
Operações de Crédito - Setor Privado		79.014.744	79.014.744	51.814.397	Outras Obrigações		61.553		45.049
(-) Provisão para operações de crédito liq.		(5.133.717)	(5.133.717)	(2.871.581)	Cobrança e Anec. de Trib. e Ass. Sociais e Estatutárias	12.a	1.227.273		890.700
Outros Créditos	06	1.122.751		544.713	Fiscais e Previdenciárias	12.b	400.162		336.846
Avais e Fianças		375.427		148.813	Diversos	12.c	3.816.608	3.816.608	2.686.098
Rendas a Receber		608.812	608.812	362.235	Resultados de Exercícios Futuros		1.257		-
Diversos		441.092		141.094	Não Circulante		8.742.502	8.727.053	-
(-) Provisão para Outros Créditos		(302.580)		(107.429)	Relações Interfinanceiras	11	8.727.053	10.269.759	-
Outros Valores e Bens	07	3.394.180		3.966.176	Recursos do Bancoob		10.269.759	10.269.759	-
Outros Valores e Bens		3.323.508		3.755.503	(-) Despesa a apropriar Bancoob		(1.542.706)	(1.542.706)	-
Despesas Antecipadas		70.672		210.673	Outras Obrigações		15.449	15.449	897
Não Circulante	06	81.957.032	81.957.032	55.814.274	Diversos		15.449		897
Realizável a Longo Prazo		67.802.470	67.802.470	42.467.448	Patrimônio Líquido	15	36.190.480		29.319.266
Operações de Crédito		72.800.371	72.800.371	44.161.484	Capital Social	15a	26.446.334		22.184.397
(-) Provisão para operações de crédito liq.		(4.997.901)	(4.997.901)	(1.694.036)	Reserva de Sobras	15b	7.912.650		5.622.033
Investimentos	08	5.335.104		4.863.309	Reserva Legal		7.912.650		5.622.033
Ações e Cotas		5.335.104		4.863.309	Sobras do Exercício	15c	1.832.494		1.512.836
Imobilizado de uso	09	8.787.406		8.436.557	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		223.114.495	223.114.495	183.623.982
Outras Imobilizações de Uso		5.533.022		4.484.365					
Imóveis de Uso		5.957.310		5.957.310					
(-) Depreciações Acumuladas		(2.702.926)		(2.005.118)					
Intangível		32.053		48.960					
Softwares		92.749		140.354					
(-) Amortizações Acumuladas		(60.697)		(91.394)					
TOTAL DO ATIVO		223.114.495	223.114.495	183.623.982					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eduardo Wanssa
Presidente

Mário Luiz Schutz
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração das sobras

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

Discriminação	NOTA	2º Semestre 2019	Versão CNAC	31/12/2019	Versão CNAC	31/12/2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		15.249.237		27.931.190		21.021.267
Operações de Crédito	16	15.212.563		27.894.517		21.021.267
Operações de Arrendamento Mercantil		-		-		-
Rendas de Aplicações		-		-		-
Rendas de Aplicações Compulsórias		36.673		36.673		-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(8.613.275)		(15.122.194)		(9.006.522)
Operações de Captação no Mercado	10.b	(3.378.142)		(6.882.231)		(5.701.906)
Operações de Empréstimos e Repasses		(224.537)		(258.262)		-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(5.010.595)		(7.981.701)		(3.304.617)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		6.635.962		12.808.997		12.014.745
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS		(2.711.318)		(6.424.990)		(6.847.610)
Receitas de Prestação de Serviços		1.614.547	1.614.547	2.725.166	2.725.166	1.863.402
Receitas de Tarifas Bancárias		1.393.796		2.578.308	2.578.308	1.898.692
Despesas de Pessoal	18	(5.066.230)		(9.645.235)		(7.807.786)
Outras Despesas Administrativas	19	(4.388.050)		(8.050.637)		(6.706.933)
Despesas Tributárias		(190.431)		(-364.056)		(264.657)
Outras Receitas Operacionais	20	3.218.065	3.218.065	4.487.651	4.487.651	1.110.104
Ingressos de Depósitos Interooperativos		1.674.147		3.547.024		3.825.904
Outras Despesas Operacionais	21	(967.162)		(1.703.211)		(766.336)
RESULTADO OPERACIONAL		3.924.643		6.384.006		5.167.135
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	22	-357.731		-418.789		5.550
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.		3.566.913		5.965.218		5.172.685
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		220.675		0		(108.280)
Provisão para Imposto de Renda		133.422		0		(59.146)
Provisão para Contribuição Social		87.253		0		(49.134)
JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO		(1.383.983)		(1.383.983)		(1.282.314)
SOBRAS / (PERDAS) DO EXERCÍCIO / SEMESTRE		2.403.605		4.581.235		3.782.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eduardo Wanssa
Presidente

Mário Luiz Schutz
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

Discriminação	Capital Social	Fundo de Reserva	Sobras/ Perdas() Acumuladas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	19.017.778,77	3.730.988,09	1.078.973,42	23.827.740,28
Integralizações/Subscrições de Capital	2.675.341,16	-	-	2.675.341,16
Distribuições de Sobras	-	-	(1.078.973,00)	(1.078.973,00)
Devolução de Capital	(763.375,27)	-	-	(763.375,27)
Incorporação de Juros ao Capital	1.271.642,00	-	-	1.271.642,00
IRRF Sobre JCP	(16.989,21)	-	-	(16.989,21)
Sobras	-	-	3.782.090,00	3.782.090,00
Destinação das Sobras:	-	-	-	-
Reserva Legal	-	1.891.044,80	(1.891.045,00)	(0,20)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e	-	-	(378.209,00)	(378.209,00)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	22.184.397,45	5.622.032,89	1.512.836,42	29.319.266,76
Integralizações/Subscrições de Capital	3.764.975,99	-	-	3.764.975,99
Incorporação de Cotas de Capital	-	-	(1,00)	(1,00)
Distribuições de Sobras	-	-	(1.512.835,85)	(1.512.835,85)
Devolução de Capital	(859.339,53)	-	-	(859.339,53)
Incorporação de Juros ao Capital	1.371.615,28	-	-	1.371.615,28
IRRF Sobre JCP	(16.312,90)	-	-	(16.312,90)
Sobras	-	-	4.581.234,73	4.581.234,73
Destinação das Sobras:	-	-	-	-
Reserva Legal	-	2.290.617,37	(2.290.617,37)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e	-	-	(458.123,47)	(458.123,47)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	26.445.336,29	7.912.650,26	1.832.493,46	36.190.480,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eduardo Wanssa
Presidente

Mário Luiz Schutz
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

Discriminação	2º Semestre 2019	Versão CNAC	31/12/2019	Versão CNAC (OK)	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	3.120.247		(12.359.263)		12.755.973
Sobras Antes da Tributação e Participações	3.566.913		5.965.218		5.172.685
IRPJ / CSLL	220.675		-		(108.280)
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	5.010.595		7.981.701		3.304.617
Provisão de Juros ao Capital	(1.383.983)		(1.383.983)		(1.282.314)
Depreciações e Amortizações	391.534		719.478		511.170
Sobras Ajustadas	7.805.735		13.282.414		7.597.877
(Aumento) redução nos Ativos	(29.967.931)		(58.260.976)		(36.014.226)
Operações de Crédito	(30.059.970)		(58.254.935)		(35.456.745)
Outros Créditos	(233.803)		(578.037)		265.204
Outros Valores e Bens	325.841		571.997		(822.685)
Aumento (redução) nos Passivos	25.282.444		32.619.299		41.172.322
Depósitos a Vista	9.235.611		6.684.305		14.302.543
Depósitos a Prazo	8.405.877		14.743.202		25.218.336
Outras Obrigações	244.037		1.560.455		1.651.443
Relações Interfinanceiras	7.399.840		9.630.080		-
Resultado de exercícios futuros	(2.921)		1.257		-
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(667.959)		(1.525.214)		(4.813.113)
Aumento dos Investimentos	(276.413)		(471.795)		(980.055)
Aquisições do Imobilizado Intangível	(387.718)		(1.049.590)		(3.828.505)
	(3.829)		(3.829)		(4.553)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	2.809.316		2.289.980		1.709.437
Integralizações de Capital	2.139.502		3.764.976		2.675.341
Devolução de Capital	(227.364)		(859.340)		(763.375)
Distribuições de Sobras	-		(1.512.836)		(1.078.973)
Subscrição de Juros ao Capital Líquido de IRRF	1.355.302		1.355.302		1.254.653
Ajuste FATES	(458.123)		(458.123)		(378.209)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e centralização financeira)	5.261.604		(11.594.497)		9.652.297
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre	62.759.507		74.354.003		64.701.708
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre	57.497.903		62.759.507		74.354.003
(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(5.261.604)		(11.594.496)		9.652.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eduardo Wanssa
Presidente

Mário Luiz Schutz
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Dos exercícios encerrados em 31.12.2019 e 31.12.2018 – (em R\$)

1. Contexto operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS UNIRONDÔNIA LTDA - SICOOB UNIRONDÔNIA**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **13/09/1996**, filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB UNIRONDÔNIA** possui **6** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **ARIQUEMES - RO, JI-PARANÁ - RO, CACOAL - RO, OURO PRETO DO OESTE - RO, PORTO VELHO - RO.**

O **SICOOB UNIRONDÔNIA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 04 de março de 2.020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente

amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Obrigações por repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos

Os depósitos demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável

ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e equivalente de caixa

As aplicações financeiras apresentadas possuem características de equivalente de caixa conforme CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 3.604/2008, somadas as disponibilidades representam o caixa e os equivalentes de caixa, apresentado na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	1.576.217	790.337
Relações interfinanceiras - centralização financeira (I)	61.183.290	73.563.666
TOTAL	62.759.507	74.354.003

(I) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto a **CENTRAL SICOOB UNI** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015. Os rendimentos auferidos com centralização financeira em no exercício de 2019 totalizaram R\$ 3.547.024, e R\$ 3.825.903 em 2018.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	73.488.678	56.739.854	130.228.531	86.342.675
Financiamentos	4.327.685	6.605.587	10.933.273	9.253.493
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.198.380	9.454.930	10.653.310	379.710
Total de Operações de Crédito	79.014.743	72.800.371	151.815.114	95.975.879
(-) Provisões para Operações de Crédito	(5.133.717)	(4.997.901)	(10.131.619)	(4.565.618)
TOTAL	73.881.026	67.802.470	141.683.496	91.410.262

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA	-	Normal	22.290	52.791	-	75.081		-	
A	0,50%	Normal	25.167.756	1.772.846	5.580.100	32.520.702	(162.604)	21.177.599	(105.888)
B	1%	Normal	46.291.340	3.928.798	3.967.301	54.187.439	(541.874)	43.030.044	(430.300)
B	1%	Vencidas	837.091	-	-	837.091	(8.371)	506.668	(5.067)
C	3%	Normal	34.258.562	3.357.731	1.054.008	38.670.300	(1.160.109)	19.868.050	(596.042)
C	3%	Vencidas	2.007.890	14.153	-	2.022.043	(60.661)	2.380.716	(71.421)
D	10%	Normal	8.598.597	862.446	51.901	9.512.945	(951.294)	3.792.876	(379.288)
D	10%	Vencidas	831.941	79.739	-	911.679	(91.168)	548.796	(54.880)
E	30%	Normal	3.291.971	315.773	-	3.607.744	(1.082.323)	1.232.293	(369.688)
E	30%	Vencidas	1.300.053	96.586	-	1.396.639	(418.992)	278.438	(83.532)
F	50%	Normal	1.974.632	144.483	-	2.119.115	(1.059.558)	681.456	(340.728)
F	50%	Vencidas	1.728.873	80.751	-	1.809.623	(904.812)	524.427	(262.213)
G	70%	Normal	405.067	61.392	-	466.458	(326.521)	205.237	(143.666)
G	70%	Vencidas	982.321	67.430	-	1.049.752	(734.826)	87.913	(61.539)
H	100%	Normal	961.178	-	-	961.178	(961.178)	399.298	(399.298)
H	100%	Vencidas	1.568.971	98.355	-	1.667.326	(1.667.326)	1.262.068	(1.262.068)
Total Normal			120.971.392	10.496.260	10.653.310	142.120.962	(6.245.461)	90.386.854	(2.764.897)
Total Vencidos			9.257.139	437.013	-	9.694.152	(3.886.156)	5.589.026	(1.800.719)
Total Geral			130.228.531	10.933.273	10.653.310	151.815.114	(10.131.617)	95.975.879	(4.565.617)
Provisões			(9.358.853)	(668.382)	(104.384)	(10.131.619)		(4.565.618)	
Total Líquido			120.869.678	10.264.891	10.548.926	141.683.496		91.410.262	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	33.771.400	39.717.277	56.739.854	130.228.531
Financiamentos	1.211.558	3.116.128	6.605.587	10.933.273
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	-	1.198.380	9.454.930	10.653.310
TOTAL	34.982.958	44.031.786	72.800.371	151.815.114

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	9.884.230	617.732	-	10.501.962	7%
Setor Privado - Indústria	121.295	-	-	121.295	0%
Setor Privado - Serviços	84.788.747	5.960.934	-	90.749.681	60%
Pessoa Física	34.788.992	4.297.347	10.653.310	49.739.649	33%
Outros	645.266	57.260	-	702.527	0%
TOTAL	130.228.531	10.933.273	10.653.310	151.815.114	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	4.565.617	2.343.716
Constituições / Reversões	7.914.023	3.311.810
Transferência para prejuízo	(2.348.022)	(1.089.909)
TOTAL	10.131.619	4.565.617

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	3.626.433	2,00%	3.666.155	4,00%
10 Maiores Devedores	25.843.144	17,00%	18.365.243	19,00%
50 Maiores Devedores	54.091.730	36,00%	34.916.091	36,00%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	11.203.550	11.205.800
Valor das operações transferidas no período	2.348.022	1.089.909
Valor das operações recuperadas no período	(735.042)	(1.092.159)
TOTAL	12.816.530	11.203.550

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019 Circulante	31/12/2018 Circulante
Avais e Fianças Honrados	375.427	148.813
Rendas a Receber	608.812	362.235
Serviços prestados a receber	376.651	29.989
Outras rendas a receber	2.158	1.356
Rendimentos Centralização Financeira - Central (I)	230.004	330.890
Diversos	441.092	141.094
Adiantamentos e antecipações salariais	8.375	20.811
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	39.600	-
Adiantamentos por conta de imobilizações	9.629	-
Impostos e contribuições a compensar	206.298	710
Pagamentos a ressarcir	8.861	-
Títulos e créditos a receber	132.672	87.916
Devedores diversos - país	35.656	31.656
(-) Provisões para outros créditos	(302.580)	(107.429)
(-) Com características de concessão de crédito (II)	(302.580)	(107.429)
TOTAL	1.122.751	544.713

(I) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da CENTRAL SICOOB UNI referente ao mês de dezembro de 2019, **efetivamente recebidas no mês subsequente**.

(II) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
E	30%	Vencidas	43.772	43.772	(13.132)	15.565	(4.669)
F	50%	Vencidas	70.321	70.321	(35.160)	49.363	(24.681)
G	70%	Vencidas	23.486	23.486	(16.440)	19.360	(13.552)
H	100%	Vencidas	237.848	237.848	(237.848)	64.526	(64.526)
Total Vencidos			375.427	375.427	(302.580)	148.813	148.813
Total Geral			375.427	375.427	(302.580)	148.813	148.813
Provisões			(302.580)	(302.580)		214.858	
Total Líquido			72.847	72.847		41.384	

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (I)	3.317.866	3.755.503
Material em Estoque	5.642	-
Despesas Antecipadas (II)	70.672	210.673
TOTAL	3.394.180	3.966.176

(I) Está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos à depreciação ou correção.

(II) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, contribuição sindical, contribuição patronal, impostos, Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) outras despesas administrativas a serem apropriadas.

8. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito	4.928.800	4.545.570
Participações inst. financ. controlada coop crédito	406.304	317.739
TOTAL	5.335.104	4.863.309

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em Curso (I)		521.349	891.421
Terrenos		2.685.500	2.685.500
Edificações	4%	3.271.810	3.271.810
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(796.140)	(665.268)
Instalações	10%	1.061.784	369.684
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(277.212)	(137.934)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.688.719	1.484.395
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(731.190)	(600.628)
Sistema de Comunicação	20%	41.734	37.846
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.457.387	1.012.314
Sistema de Segurança	10%	229.364	197.599
Sistema de Transporte	20%	532.686	491.105
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(898.383)	(601.288)
TOTAL		8.787.406	8.436.558

(I) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	51.983.681		45.299.376	
Depósito a Prazo	119.787.952	0,36	105.044.750	0,47
TOTAL	171.771.633		150.344.126	

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto Social próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	27.901.168	16%	25.054.161	17%
10 Maiores Depositantes	61.183.739	36%	56.455.599	38%
50 Maiores Depositantes	99.974.797	59%	92.256.221	62%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos a Prazo	(6.628.121)	(5.516.988)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(254.110)	(184.919)
TOTAL	(6.882.231)	(5.701.907)

11. Relações interfinanceiras e obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	968.831	10.269.759
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(65.804)	(1.542.706)
TOTAL	903.027	8.727.053

12. Outras obrigações

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	61.553	-	46.049	-
Sociais e Estatutárias	1.227.273	-	890.700	-
Fiscais e Previdenciárias	400.162	-	336.846	-
Diversos	3.816.608	15.449	2.686.098	897
TOTAL	5.505.596	15.4492	3.959.693	897

12.a Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Atos com Associados (I)	985.266	717.514
Resultado de Atos com não Associados	23.859	23.859
Cotas de Capital a Pagar (II)	218.148	149.327
TOTAL	1.227.273	890.700

(I) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e **10%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(II) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

12.b Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019 Circulante	31/12/2018 Circulante
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	32.403	22.038
Impostos e Contribuições sobre Salários	312.945	265.396
Outros	54.815	49.412
TOTAL	400.162	336.846

12.c Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	7.528	-	15.083	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	474.671	-	333.003	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.504.404	-	1.141.656	-
Provisão para Passivos Contingentes	15.449	-	-	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	740.934	11.042	388.178	897
Credores Diversos - País	1.078.029	-	808.179	-
TOTAL	3.821.015	11.042	2.686.098	897

13. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de perda em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB UNIRONDÔNIA**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R\$ R\$ 124.942,25**, em ações de natureza cível. Ainda segundo a assessoria jurídica não existem demandas judiciais contrárias à cooperativa com probabilidade de perda provável, e por tal motivo não foi reconhecida provisão para demandas judiciais em 31/12/2019.

14. Instrumentos financeiros

O **SICOOB UNIRONDÔNIA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	26.445.336	22.184.397
Quantidade de Associados	7.412	5.296

b) Reserva Legal – Reserva de Sobras

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual **50%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras do Exercício

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 12/04/2019, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com as sobras do exercício findo em 31/12/2018, no valor de R\$ 1.512.836.

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	4.581.234	3.782.090
Sobra líquida do exercício	4.581.234	3.782.090
Destinações Estatutárias	(2.748.740)	(2.269.254)
FATES (10%)	(458.123)	(378.209)
Fundo de Reserva (50%)	(2.290.617)	(1.891.045)
Total	1.832.494	1.512.836

16. Receitas de operações de crédito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	302.397	165.042
Rendas de Empréstimos	22.725.247	16.735.807
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	2.129.522	1.337.268
Rendas de Financiamentos	1.812.383	1.370.294
Rendas de Financ. Rurais - Aplica. com Rec. Direcionados à vista (obrig.)	315.728	72.306
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	609.240	1.340.552
TOTAL	27.894.517	21.021.267

17. Despesas de intermediação financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas De Captação	(6.882.231)	(5.701.907)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(258.262)	-
Provisões para Operações de Crédito	(11.618.038)	(3.216.850)
Provisões para Outros Créditos	(477.672)	(116.826)
Reversão de Provisões Operacionais	4.735.077	29.060
Reversão Provisão para Garantias Prestadas	(621.068)	-
TOTAL	(15.122.194)	(9.006.523)

18. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(75.200)	(88.940)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.218.195)	(1.003.854)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.376.903)	(1.017.548)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.827.291)	(1.594.936)
Despesas de Pessoal - Proventos	(5.131.272)	(4.071.910)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(16.373)	(29.504)
Despesas de Remuneração de Estagiários	-	(1.094)
TOTAL	(9.645.235)	(7.807.786)

19. Outras despesas administrativas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(249.996)	(168.864)
Despesas de Aluguéis	(574.121)	(445.961)
Despesas de Comunicações	(331.197)	(332.215)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(107.200)	(100.349)
Despesas de Material	(113.799)	(96.813)
Despesas de Processamento de Dados	(85.180)	(77.458)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(180.440)	(184.371)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(137.745)	(107.534)
Despesas de Publicações	(2.351)	(3.140)
Despesas de Seguros	(112.665)	(87.128)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.502.847)	(993.662)
Despesas de Serviços de Terceiros	(279.349)	(253.337)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(529.597)	(467.858)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(235.343)	(262.922)
Despesas de Transporte	(708.657)	(455.477)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	(1.776)
Despesas de Viagem no País	(245.585)	(283.757)
Despesas de Amortização	(20.737)	(21.173)
Despesas de Depreciação	(698.741)	(489.996)
Outras Despesas Administrativas	(171.422)	(251.746)
Emolumentos judiciais e cartorários	(94.967)	(136.251)
Contribuição a OCE	(57.096)	(46.354)
Rateio de despesas da Central	(913.679)	(1.158.613)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(697.922)	(280.179)
TOTAL	(8.050.637)	(6.706.933)

20. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	122.323	306.396
Dividendos	43.089	28.128
Crédito Receita Sipag - Faturamento	869.424	153.444
Crédito Receita Sipag - Antecipação	1.004.759	272.380
Fianças	5.150	-
Outras Rendas Operacionais	537.993	88.746
Juros ao Capital	276.413	254.015
Reversão Provisão para Garantias Prestadas	621.068	-
Rendas Juros Cartão De Crédito	897.633	-
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	101.254	-
Deduções e abatimentos	13.695	6.996
TOTAL	4.492.802	1.110.104

21. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito – Desp. de Desc. Concedidos em Renegociações	(14.216)	(2.388)
Despesas de Provisões Passivas	(1.052.560)	(263.489)
Outras Despesas Operacionais	(417.511)	(320.195)
Descontos Concedidos - Operações de Crédito	(15.572)	(27.379)
Cancelamento - Tarifas Pendentes	(203.352)	(152.885)
TOTAL	(1.703.211)	(766.336)

22. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Lucro em Transações com Valores de Bens	59.075	-
Ganhos de Capital	14.383	46.976
Ganhos de Aluguéis	30.719	30.768
Outras Rendas não Operacionais	32.628	220.281
(-) Perdas de Capital	(177.838)	(292.068)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(376.170)	-
(-) Outras Despesas não Operacionais	(1.586)	(406)
Resultado Líquido	(418.789)	5.550

23. Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.885.882	0,55%	8.810
P.R. – Sem Vínculo de Grupo Econômico	7.018.733	2,06%	61.926
TOTAL	8.904.614	2,61%	70.736
Montante das Operações Passivas	81.555.010	47,98%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2019:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	3.897	19	0,21%
Conta Garantida	311	2	0,01%
Empréstimo	6.599.212	57.533	5,89%
Financiamento	39.334	197	0,36%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	1.329.143	2,57%	0%
Depósitos a Prazo	8.356.630	6,98%	0,37%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Médias Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,34%
Financiamento	1,23%
Aplicação Financeira - Pós-fixada	97,39%

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL - MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
Empréstimos e Financiamentos	4,12%
Aplicações Financeiras	47,98%

e) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimo	6.831.278
Financiamento	291.565

g) As coobrigações prestadas pela cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Natureza	31/12/2019	31/12/2018
Coobrigações	446.412	962.478

h) No exercício de 2019 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(75.200)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.218.195)
Encargos Sociais	(254.864)

24. Cooperativa central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS UNIRONDÔNIA LTDA - SICOOB UNIRONDÔNIA**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNI**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNI** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB UNIRONDÔNIA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNI** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da cooperativa com a **SICOOB UNI**:

25. Gerenciamento de risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovadas pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

25.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas

operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

25.2 Risco de mercado e de liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

25.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

25.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

25.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

26. Seguros contratados – não auditados

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência	35.295.744	28.208.708
Capital Principal - CP	19.983.530	14.568.395
Nível I	19.983.530	14.568.395
Índice de Basileia %	21,19%	23,24%
Razão de Alavancagem (RA) %	14,19%	14,02%
Índice de Imobilização %	24,90%	29,91%
Ativos Ponderados pelos Riscos	166.529.415	121.403.290

Porto Velho – RO, 31 de dezembro de 2019.

Ademar do Carmo Freitas
Presidente

Khalil Fernando Tum
Vice-presidente

Eduardo Wanssa
Diretor Administrativo

Mario Luiz Schutz
Vice-presidente

Emerson Gomes Figueiredo

Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados UniRondônia – Sicoob
UniRondônia
Porto Velho/RO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados UniRondônia – Sicoob UniRondônia, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob UniRondônia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Sicoob UniRondônia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório Anual, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança da Cooperativa.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não

ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília - DF, 23 de março de 2020.

Diego Rabelo

Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC/DF 019481/O-4
CNAI 2090

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados UniRondônia Ltda, com a sigla Sicoob UniRondônia, em análise do Balanço do Exercício de 2019, o demonstrativo de contas de sobras e perdas, a prestação de contas relativas ao exercício encerrado em 31/12/2019, e o parecer dos auditores independentes conclui que: as demonstrações contábeis representam adequadamente, todos os relevantes aspectos relativos à posição patrimonial e financeira da cooperativa e desta maneira, somos pela APROVAÇÃO DO RESULTADO DE SUAS OPERAÇÕES.

Porto Velho, 26 de março de 2020.

Luiz Carlos Benitez Junior
Conselheiro fiscal

Ivone Vieira da Silva
Conselheira fiscal

Daniela Godoi Lacerda
Conselheira fiscal

Nossas Agências

Sede

Av. Calama, nº 2468,
Bairro São João Bosco, Porto Velho - RO.
CEP: 76803-768 - Tel: (69) 3223-8388

Ariquemes

Av. Tancredo Neves, nº 2095,
Centro, Ariquemes - RO.
CEP: 76870-019 - Tel: (69) 3536-6795

Ji Paraná

Av. Marechal Rondon, nº 385,
Centro, Ji-Paraná - RO.
CEP: 769000-027 - Tel: (69) 3423-2252

Cacoal

Av. Porto Velho, nº 2703,
Centro, Cacoal -RO.
CEP: 76963-859 - Tel: (69) 3441-9841

Ouro Preto do Oeste

Rua Ana Nery, nº 843, Centro, Ouro Preto do Oeste -RO.
CEP: 76920-000 - Tel: (69) 3461-2682

Av. Jatuarana

Av. Jatuarana, nº 3718, Bairro Conceição,
Porto Velho -RO.
CEP: 76808-426 - Tel: (69) 3301-1949

